



1ª questão: Entre as diversas perspectivas teóricas que articulam as dimensões do poder, política e do Estado estão aquelas desenvolvidas por Louis Althusser e Michel Foucault. Por sinal, ~~Althusser~~ Foucault desenvolveu seu trabalho filosófico sob forte influência do estruturalismo, com destaque a obra do próprio Althusser. É com o arcabouço de ideias estruturalistas que Foucault vai conceber a "noção verdadeiramente contemporânea de sujeito, entendendo como resultado da ~~das~~ ação de estrutura externas aos indivíduos que o constituem. Trata-se do homem inventado como objeto de saber e de exercício de poder, por um sistema em que estão estabelecidas relações de campos de intensidade e de força que agem sobre esse mesmo homem, porém em seu conjunto, a que Foucault vai chamar, posteriormente, de população. É nesse sistema que Foucault observa o funcionamento da razão de Estado como um paradigma político que permitirá o uso (e abuso) de um biopoder para o qual a vida da população deve ser gerida, como se tratasse da gestão de um rebanho.

O Estado, para a tradição marxista-leninista de que toma parte Althusser, ainda que criticamente, é por excelência um aparelho repressivo: "O Estado é uma máquina de repressão que permite às classes dominantes assegurar sua dominação sobre a classe operária, para submetê-la ao processo de extração da mais-valia (quer dizer a exploração capitalista). Althusser desafia, no entanto, desenvolver a definição classicista do Estado, e o faz deslocando, de início, uma diferenciação fundamental entre o poder e o aparelho de Estado: o poder de Estado deve ser tomado para que sejam destruídas, primeiro, o aparelho (burguês) do Estado e posteriormente, o próprio Estado (poder e todos os seus aparelhos). Há



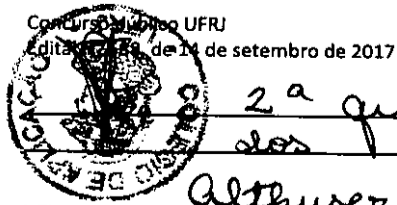
que se distinguem ainda, os aparelhos ideológicos do Estado (AIE) do aparelho repressivo do Estado - Althusser usa o termo repressivo entre parênteses talvez porque representasse para ele um pleromasmo digor que o Estado é repressivo, se o Estado é repressão, daí inclusive a utilização da sigla AE, para aparelhos (repressivos) do Estado. Este é um, ao passo que os AIE são múltiplos e sua unidade, indivisível.

Se, por um lado o aparelho de Estado assegura-se pela repressão (de força física mais brutal as simples ordens e proibições administrativas, a censura explícita ou implícita, etc) as condições políticas da existência dos AIE, por outro, são aquelas que garantem, em grande parte, a reprodução mesma das relações de produção. Para Althusser, portanto, a ideologia forja e sustenta, portanto uma tenaz harmonia entre AE e AIE, harmonia esta que parece assegurar a perpetuação de uma classe dominante na administração do poder de Estado.

Para Foucault, no entanto, a crítica marxista do Estado se mostra insuficiente, dado que o poder se exerceria de uma maneira não redundantemente repressora. Tampouco a luta de classes sintetizaria a complexidade verificada na realidade social que luta com as estruturas amplas em que se enreda e se opera o poder. Por último, ~~se~~ observaria uma outra face importantíssima da noção de Estado: a do assujeitamento. A analítica do poder, proposta por Foucault, tem outro tipo de percepção do poder que é sobretudo histórica e metodológica. A tecnologia do poder que emerge entre os séculos XVII e XIX calcada na ratio status vai se desenvolver tomando todo o corpo social e se constitui por "relações" e confrontos

do poder em que se deve chegar a um controle que atingirá o nível do sujeito: o que, por sua característica da forma de controle, ~~é~~ é o fato de que ele se exerce sobre cada indivíduo: um controle que lhes fabrica, impõe-lhes uma individualidade, uma identidade! Interessa a Foucault, portanto, como a razão do Estado conseguiu estabelecer como algo que sustenta um tipo de poder tão sutil, altamente sofisticado em seu exercício permanente e constante de adaptação que incorpora em seu mecanismo de funcionamento inclusive as resistências ao poder. Para tanto, teria se desenvolvido uma autêntica arte de governar baseada na utilização de três mecanismos: o legal ou jurídico, salvaguarda da soberania do Estado e (do abrigar a cumprimento de suas leis), o mecanismo disciplinar, via normatização dos indivíduos, e os chamados "dispositivos de segurança" que introduzem um "cálculo de custo" a formulação que antes se delimitava no campo do fazer seguir/cumprir o que é permitido ou não e suas consequências punitivas. Para atender a esse "cálculo" entrará em cena o que Foucault denomina "normalização do indivíduo":

O poder desse "Estado de governo" funciona no positivo, ele produz/sustenta, organiza as coisas, relegando a polícia e, em outros momentos ao aparato diplomático-militar e papel mais negativo do processo de afirmar a continuidade do sistema em vigor. Alcançará aos estágios de ação do indivíduo inscritos em um dado contingente populacional. O Estado não só os polícia, repressivamente, pela lei e pela disciplina, como também vai pastorear esta população cuidá-la como o pastor cuida do ~~rebanho~~ rebanho.



2ª questão: Considerando a contribuição teórica dos aparelhos ideológicos do Estado de Althusser parece válido abordar a crise democrática brasileira ressaltando que as padrões assimétricos das relações raciais desnudam uma estrutura social fundada em elementos que impedem a emergência de debates civis, políticos e sociais, portanto, uma estrutura não democrática.

Do ponto de vista social e racial, a "crise democrática contemporânea" pode ser considerada um desenvolvimento esperado de acumuladas políticas públicas e projetos de nações que não consideraram a realidade desigual - em termos raciais - no processo de acesso a oportunidades.

Um rito da consagração da ideia <sup>de</sup> que no Brasil viveríamos uma democracia racial - sinalizando ao mundo de que somos moralmente civilizados - instalou-se no país o que Alpedo Guimarães chama de anti-racismo racista. Isso quer dizer que, ressignados pela política de assimilação e a promessa de um futuro "embranquecido", emerge no pensamento social brasileiro de que no Brasil não há racismo, mas preconceito de cor, resultado de um equívoco passageiro que deveria ser resolvido no decorrer das relações sociais.

Essa autoimagem brasileira não-racista pode ser lida pela chave ideológica, perpetuada sobretudo, pela política de Estado.

Essa ideologia funciona ao silenciar o racismo anti-racista, produzido sobretudo por ativistas negros que pretendem evidenciar esse ~~em~~ esquema de exclusão dos negros na cidadania e na democracia.

A ausência de paralelismos nas trocas sociais leva a configuração de uma desigualdade perversa não só

porque impede que grande parte da população tenha acesso aos bens sociais, mas também porque opera como reprodutora de exclusão, ~~mas~~ <sup>por</sup> mais da qual negros continuam com limitado acesso a postos mais altos de trabalho, além da violência policial e abandono do poder público que por vezes infinitamente fornece os serviços mais básicos, como de saneamento, saúde, asfalto, transporte, etc.

O caráter assimilacionista presente no projeto de nação brasileira pretendia, por fim, eliminar as diferenças de raça, tornando a toda população uma unidade brasileira. ~~Essa~~ A ideologia presente nesse projeto pode parecer, a primeira vista positiva, na que tangue visar igualdade entre todos. No entanto, na prática, vê-se uma certa continuidade da ordem estamental porque é perceptível a desigualdade de tratamento <sup>no</sup> cotidiano ainda que prevaleça o princípio de igualdade no plano doutrinário.

Não é por menos que ativistas negros têm ressaltado a ideia de "privilégios brancos" para evidenciar que no sistema democrático atual a cidadania, o acesso a direitos civis, sociais e políticos tem sido um "privilégio" que poucos (os brancos) podem acessar. Se há a possibilidade ~~de~~ <sup>de</sup> participação na democracia não ser de caráter universal, isto evidencia suas falhas e fracassos, só devendo ser revelado quando socialismo anti-racista dos ativistas não mais for entendido como uma negação do Brasil e o projeto de nação considerar a diversidade populacional e oferecer, de fato, a mesma oportunidade de acesso democrática.

3ª questão: Na primeira aula de introdução ao tema Poder, política e Estado seria interessante utilizar o método dialógico, por meio do qual a turma seria estimulada a trazer seus conhecimentos pessoais, de suas vidas cotidianas. O estímulo se daria pela professora que levantaria as seguintes questões: "Como o Estado se faz presente em nossas vidas? Como essa instituição nos conhece e nos adequa para que vivamos vidas ~~consideradas~~ de acordo com que a sociedade espera de nós?"

O objetivo principal desta aula seria dar início a um mapa mental que incluía ~~algumas~~ <sup>algumas</sup> instâncias do Estado considerada por eles mais relevantes e definir a função de cada uma em conjunto. Em seguida, seria interessante analisar se de alguma forma se mostram interdependentes em seus serviços. Como recurso, seria bem-vinda a consulta do livro didático e de internet.

Tendo elaborado o mapa, poderíamos prosseguir juntos sobre quais desses organismos estatais desperta mais interesse, sobre seu funcionamento, considerando sobretudo dois extremos: aqueles que exercem muito poder visível sobre o indivíduo e aqueles que parecem exercer poder "quase" invisível.

A avaliação processual, contaria com a participação e interesse dos alunos em sala de aula.

Considerando que trata-se de uma turma do 1º ano do Ensino Médio, ~~justifica~~ a abordagem é justificada pelo fato de ser, processualmente, a primeira vez que a turma entra em contato com o tema e, por isso, torna-se necessária uma introdução mais alongada e amplamente organizada a partir das contribuições dos relatos dos

próprios alunos. O recorte temático - limitado pelo levantamento dos organismos estatais e suas funções - justifica-se justamente por serem ~~estabelecidos~~ jovens capazes de trazer observações sobre a ação do Estado, sobretudo em razão da longa trajetória escolar que alcançaram até então. ~~Essas~~ Expedições de documentos oficiais, sanções punitivas do Estado são também pontos que devem compor o universo de seus saberes pessoais.

Por isso, a metodologia dialógica parece ser essencial para criar um horizonte programático para a continuidade dos planejamentos seguintes dos planos de aula.

Em seguida, nas aulas posteriores, seria interessante explorar, também de forma dialógica, os efeitos do Estado sobre o comportamento e consciência dos indivíduos.